

Regras metodológicas na *Deutlichkeit* (1764): Kant em torno do método da filosofia

Methodological rules in *Deutlichkeit* (1764): Kant around the method of philosophy

marcelo vieira*

marceloa_vieira@yahoo.com.br
(Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil)

Resumo: Em meados de 1762-63, Kant distingue radicalmente o procedimento sintético da matemática e o procedimento analítico da filosofia no opúsculo *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral*. Neste opúsculo, Kant se dá uma tarefa: apresentar uma filosofia/metafísica que possua um grau de certeza; mesmo que não próximo do da matemática, ao menos, que possa garantir asserções convincentes. Aqui apresentaremos a primeira tentativa de Kant em distinguir o método da filosofia do da matemática. E a grande contribuição da *Investigação* é propor para a filosofia um método analítico calcando em *regras metodológicas*.

Palavras-chave: método filosófico; regras metodológicas; análise de conceitos; pré-crítico.

Abstract: In the middle of 1762-63 Kant radically distinguishes between the synthetic procedure of mathematics and the analytical procedure of philosophy in the essay *Investigation into the evidence of the principles of natural theology and morals*. In this essay Kant gives himself a task: to present a philosophy/metaphysics that possesses a degree of certainty; even if not close to that of mathematics, at least, that can guarantee convincing assertions. Here we will present Kant's first attempt to distinguish the method of philosophy from that of mathematics. And the great contribution of the *Inquiry* is to propose for philosophy an analytical method based on *methodological rules*.

Keywords: philosophical method; methodological rules; analysis of concepts; pre-critical.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v26i3p93-107>

Introdução

Os estudos do ano de 1763, nos quais Kant já aborda o problema de traçar uma linha divisória entre a *matemática* e a *metafísica*, marcam (...) o primeiro início independente de sua filosofia. Exageram, no entanto, a importância destes estudos aqueles que se empenham em descobrir neles as características essenciais da abordagem geral do problema da Crítica da Razão. Embora, neles, Kant já adote uma atitude bastante livre em relação à doutrina wolffiana, a verdade é que ele não

* Esse artigo é um desdobramento da minha Monografia de Bacharelado em filosofia concluído em 2017 - Dfil/ UFSCar. E quero deixar aqui os meus agradecimentos ao meu orientador que me acompanha desde a graduação, Paulo Roberto Licht dos Santos; agradeço também a todos os meus colegas que compõem o nosso grupo de estudos “Kant e a História da Filosofia” UFSCar, no qual tive a oportunidade de discutir esse artigo enquanto o desenvolvia. As discussões que se deram ali me ajudaram grandemente.

acrescenta nenhum critério objetivamente novo às objeções já formuladas contra esta doutrina pelos filósofos da época: ele se limita a agrupá-los e fortalece-los, canalizando-os todos para um objetivo comum (Cassirer, 1993, p. 541).

Se Cassirer estiver com razão, o opúsculo *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral* (1764) nada contém de novo e seria, talvez, um mero exercício intelectual de juventude. Tal opúsculo serviria apenas para satisfazer nossas curiosidades filosófico-históricas sobre o trajeto errático do autor. Mas, se nem mesmo Kant legou ao esquecimento esse opúsculo,¹ e quando examinamos a Doutrina Transcendental do Método na *Crítica da razão pura* encontramos elementos que figuram na *Investigação*, podemos ao menos supor que há algo nele que Kant vislumbrou um acerto. O que seria? O que há nele que Kant, mesmo que de modo parcial, resolveu manter quando descobriu o *transcendental*? Aquilo que é próprio de Kant é a distinção entre os métodos da matemática e da filosofia (que é trabalhado nesse opúsculo) ou isso já está em filósofos como Descartes e Leibniz, por exemplo, como a afirmação de Cassirer pretende sugerir? As dúvidas se acumulam.

Portanto, acreditamos que esse pequeno texto da década de 1760 merece um exame mais apurado, mesmo que seja para mostrar que o juízo de Cassirer é definitivo. O que a princípio nos parece questionável, já que em oposição a ele se contrapõe o juízo de Fichte em relação a este opúsculo kantiano e sua importância para o todo da filosofia de Kant. Diz Fichte: “a filosofia de Kant como um todo parte do pensamento desenvolvido por ele em seu *Preisschrift*” (1973, p. 12. *apud* Fichant).

Por conseguinte, a nossa tese de leitura é de que a grande contribuição da *Investigação* é propor para a filosofia um método que lhe seja próprio, não àquela da matemática (*more geometrico*), e sim, um método analítico calcando em *regras metodológicas*. Essas regras servem para fixar o método, e diríamos, com certa parcimônia, apontariam para uma primeira tentativa de Kant de determinar o método próprio da filosofia. Já que “A questão proposta [pela Academia Real de Ciências de Berlim]”, nos diz Kant, “possui um caráter tal que, se for resolvida de maneira pertinente, a filosofia primeira deve adquirir uma forma determinada” (*UD*, II, 275)². Para que nossa tese possa ser compreendida, será preciso distinguir o método matemático do método filosófico se se quiser que este último se torne um tipo de conhecimento independente e que possua um grau de certeza que lhe seja próprio (I - Filosofia, método e regras: o modo distinto de proceder em relação à matemática (1762/4)); será necessário também mostrar o que se entende por

1 Kant autorizou J. H. Tieftrunk a reunir seus textos menores em uma única publicação, que fora publicada em 1799. Cf. Apresentação de Vinícius de Figueiredo para os *Escritos pré-críticos*, Editora UNESP, 2005.

2 Seguimos aqui o modo de citar estabelecido pela Akademie-Ausgabe para a obra de Immanuel Kant, portanto, *Untersuchung über die Deutlichkeit der Grundsätze der natürlichen Theologie und der Moral*, se converte em *UD*. Também nos referimos a esse opúsculo como *Investigação*. Todos os trechos que utilizamos aqui foram extraídos da tradução de Luciano Codato, 2005.

uso de regras metodológicas (II - Uso de regras metodológicas); no terceiro passo, buscaremos compreender como a análise de conceitos legada à filosofia por Kant se articula com as regras e de que modo isso garante à filosofia uma autonomia metodológica (III - Método e regras: aplicação do método analítico na filosofia); e, por fim, veremos que há uma primazia do método na *Investigação* e que isso leva a admitir, talvez, não nossa tese em sua integralidade, mas que, ao menos no que diz respeito ao uso de regras próprias à filosofia, Kant teria a sua parcela de originalidade na década de 1760 em meio aos seus contemporâneos (Conclusão).

I. Filosofia, método e regras: o modo distinto de proceder em relação à matemática (1762/64)

Ao longo de vários anos volvi as minhas reflexões filosóficas para todos os lados inimagináveis e, após tantas voltas pelas quais procurava de cada vez as fontes do erro ou do discernimento no modo de proceder, consegui finalmente ter por seguro o *método que se deve observar* [...]. Todos estes esforços confluem principalmente no *método próprio da metafísica* e, por seu intermédio, também da *filosofia* no seu todo (Kant, 1988. pp. 58-9, grifos nossos).³

Eis o que Kant escreve a Johann Heinrich Lambert em 1765, pois em 1764 ele acredita ter encontrado o método próprio da filosofia alegando que este seria *analítico*, enquanto o da matemática⁴ seria *sintético*. A *Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral* abre com essa importantíssima distinção e ela será o *fio condutor* que sustentará boa parte do opúsculo: “A matemática adquire todas as suas definições sinteticamente, a filosofia, porém, analiticamente” (UD, Ak., II, 275). Entende-se por *definições* o meio pelo qual determinamos um conceito e tomamos consciência de que conhecemos todas ou a maior parte das notas de uma coisa. E ainda para cada tipo de conhecimento (matemático ou filosófico), há um meio específico para se chegar ao conceito universal. A matemática só chegaria a estes conceitos pela “*vinculação arbitrária dos conceitos*” (UD, Ak., II, 276), por exemplo: “Pensam-se arbitrariamente, [...] quatro retas que encerram um plano, tal que os lados opostos não sejam paralelos, e denomina-se essa figura um *trapézio*. O conceito definido não é dado antes da definição, mas surge primeiramente por ela” (UD, AK., II, 276). Por outro lado, a filosofia, para alcançar o conceito universal, deve por *abstração* desmembrar um conceito que de algum modo nos é dado para torna-lo distinto, tornando evidente algumas de suas notas características que num primeiro momento se apresentavam como obscuras ou mesmo como confusas. Daí decorre o método analítico próprio da filosofia no contraste com o método sintético

³ Carta de Kant a Lambert, 31 de dezembro 1765.

⁴ Tanto nesse capítulo de caráter mais geral como nos próximos capítulos, falaremos mais sobre a filosofia e seu método do que da matemática, que é o foco de nosso ensaio.

da matemática.

Roberto Torreti nos apresenta de modo exemplar o que devemos entender por matemática e filosofia. Nesse texto de 1764, diz ele:

A matemática é concebida aqui, como uma espécie de jogo dedutivo com conceitos factíveis (factícios) definidos arbitrariamente; a arbitrariedade da definição permite dar a ela todo o rigor que se queira ao conhecimento da investigação, a qual consiste em estabelecer relações lógicas entre os conceitos assim definidos. A metafísica [filosofia], como ciência do real, não pode adotar tal método; seus conceitos, que representam realidades efetivas, não são de todo claro, nem admitem, como queria Wolff, uma definição precisa no início da investigação; esta consiste, antes, em boa parte, em uma análise e esclarecimento progressivos destes conceitos (Torreti, 1964, pp. 44-5).

Deste modo podemos compreender a irreducibilidade do método filosófico e matemático; a filosofia é a ciência do real (qualidades), enquanto a matemática lida com grandezas. Dito de outro modo, o objeto da matemática surge a partir de sua definição, não havendo nada nele que não esteja compreendido na sua definição; a filosofia, por outro lado, busca compreender o que tal objeto dado contém, suas notas características, para que se possa aproximar o máximo possível de uma definição segura. Quão distante Kant parece estar de Wolff nesse momento, já que este último insiste que: “a matemática observa cuidadosamente a lei de antecipar as coisas a partir das quais outras coisas são compreendidas e demonstradas (Elem. Math. Univ., §§ 14, 43, 44)”. E pergunta, a seguir: “Quem, portanto, não vê que as regras do método matemático são iguais às regras do método filosófico?” (Wolff. *Preliminary discourse*, §139).⁵ Kant toma outra direção.

Especificar a natureza da matemática e da filosofia, isto é, destes dois tipos de conhecimento, para Kant, constitui o “problema do método”⁶; a investigação dos caracteres próprios do método (ou melhor, dos métodos) das ciências em geral e a sua aplicação surgem na década de 1760: “Num texto breve apressadamente redigido”, Kant procurou mostrar que a Filosofia em geral, “ainda é tão imperfeita

5 Ainda sobre a aproximação do método da matemática e da filosofia: §34 “Os princípios da filosofia devem ser derivados da experiência. Os princípios são demonstrados por experimentos e confirmados por observações. Além disso, a filosofia deve usar o conhecimento matemático [entenda-se: o método matemático]. Pois, na filosofia, desejamos ter certeza total (§33)” (Wolff. *Preliminary discourse*). Para uma discussão mais profunda sobre as diferenças e aproximações entre a filosofia wolffiana e a kantiana, recomendamos o livro de Karin de Boer (2020), *Kant's Reform of Metaphysics - The Critique of Pure Reason Reconsidered*, principalmente o Capítulo I, intitulado: “Wolff, Crusius and Kant”. Nós nos contentamos em mencionar *en passant* tal aproximação quando necessário; do mais, por mais que esse tema seja de extrema importância para a compreensão, de certa forma, genética do pensamento pré-crítico de Kant, acreditamos que, ao focarmos nele, desviaríamos da nossa questão principal, qual seja, a exposição e compreensão do método filosófico proposto por Kant no opúsculo *Investigação* na década de 1760.

6 Segundo Carlos Morujão, em sua introdução para a tradução que realizou da *Investigação*, desde a década de 1760 o problema do método é uma constante nos escritos de Kant até a edição da primeira *Crítica* (Morujão. 2006, p. 11).

e insegura porque o procedimento peculiar da mesma tem sido ignorado, na medida que este não é *sintético*, como o da Matemática, mas *analítico*” (Kant, 1992, p. 176). Um assunto que ocupa o seu pensamento já há alguns anos, e que ele acredita estar muito próximo da resolução, é o que ele mesmo diz em uma carta⁷ endereçada ao secretário da Academia Real J. H. Samuel Formey fazendo referência ao conteúdo do opúsculo *Investigação* (1764).⁸

A primeira parte da *Investigação* é dedicada exclusivamente à matemática e à filosofia, com o intuito de esclarecer qual seria o grau de certeza que cada uma é capaz e se seriam de algum modo similares. Para responder a tal questão, Kant apresenta o método da matemática. A preocupação aqui não é tanto demonstrar o fundamento da matemática, mas o limite que esta possui, isto é, apontar qual o *uso* legítimo que se faz dessa ciência sem extrapolar as suas fronteiras. Pois “Bem sei”, diz Kant, “que alguns geômetras *confundem os limites das ciências* e, às vezes, pretendem filosofar na doutrina das grandezas” (*UD, Ak., II, 279*, grifos nossos), negligenciando o ofício da matemática, que é “conectar e comparar conceitos dados de grandezas, que são claros e seguros, para ver o que daí se pode inferir” (*UD, Ak., II, 278*). Ou seja, tudo o que está fora dessa função está fora do limite da matemática. É deste modo que Kant pretende, a princípio, evidenciar o grau de certeza que este tipo de conhecimento possui.

Do lado da filosofia, que tem sempre sido alvo das críticas mais mordazes quanto a sua validade, Kant, ao invés de analisar a natureza constituída deste tipo de conhecimento, busca já de início propor um *método* para a filosofia, o seu método.⁹ Kant, nas linhas iniciais de seu texto, anuncia de modo meramente negativo como irá proceder: “Não me fiarei nas doutrinas dos filósofos, cuja insegurança dá ensejo justamente à presente tarefa” (*UD, Ak., II, 275*). Kant deixa claro, por conseguinte, que seguirá outro caminho. Mostrando que o uso correto da matemática deve ser evidenciado e o da filosofia deve, por sua vez, ser encontrado e estabelecido. O que *podem* e até *onde podem* ir estes dois tipos de conhecimento é uma pergunta chave que ajuda a fixar as suas diretrizes singulares e específicas e, na mesma medida em que é respondida, nos ajuda a compreender porque a matemática e a filosofia não são redutíveis a um único e mesmo método.

Mesmo sem proceder a um exame nem integral nem parcial das faculdades de conhecimento (tarefa crítica por excelência), Kant nos diz como ele está seguro

⁷ Kant, 1999. p. 69.

⁸ Essa é a data de publicação e não de composição, que alguns comentadores de Kant costumam localizar entre 1762 - 1763. Cf. Cassirer, 1993, p. 83.

⁹ Dizemos, *seu método*, não em sentido arbitrário ou mesmo inconsequente, mas na medida em que com este opúsculo Kant assinala o seu modo peculiar de filosofar, se distanciando de pensadores como Wolff (como mencionamos na nota 8), Descartes, Hobbes e outros, que buscam reduzir a um único método todo o conhecimento. É o que pretendemos explicar na sequência.

quanto aos resultados de suas investigações:

Desde esta época, a partir da natureza de toda investigação que se me depara, vejo sempre aquilo que devo saber para produzir a solução de uma questão particular e qual o grau de conhecimento a partir do qual se determina aquilo que é dado, de tal modo que, decerto, o juízo se torna muitas vezes mais limitado, mas também mais determinado e mais seguro do que comumente acontece. Todos estes esforços confluem principalmente no método próprio da metafísica e, por seu intermédio, também da filosofia no seu todo (Kant, 1988. pp. 58-9).

Kant é guiado pelo método, mas um método que ele achou não para todas as ciências (não se trata de uma *mathesis universalis à la Descartes*), mas para a metafísica e, conseqüentemente, para a filosofia em geral. Se é assim, é preciso distinguir a matemática da filosofia e demonstrar o quanto estas são diferentes não apenas na sua aplicação, mas também quanto aos seus respectivos objetos. O método, por sua vez, é caracterizado por *regras*, que o investigador deve se ater se quiser possuir algum conhecimento seguro no âmbito das investigações filosóficas.

II. Uso de regras metodológicas

O paradigma não é outro, senão o método da física newtoniana que procura um apoio para a razão em *regras*, para esta não se perder nas suas investigações da natureza.¹⁰ De fato, também em Isaac Newton, a ideia de alcançar o maior grau de certeza do saber e, com isso, fazer progredir as ciências, está vinculada à questão do método; não é por menos que no Livro Três de sua obra mais importante, *Principia*¹¹, Newton enuncia quatro regras cuja seção é denominada: *Regras De Raciocínio Em Filosofia*.

“Regra I - Não devemos admitir mais causas para as coisas naturais do que as que são verdadeiras e suficientes para explicar as suas aparências” (Newton, 2012, Livro III, p. 185). A primeira regra tem por finalidade evitar o acúmulo de hipóteses e sobrecarregar deste modo o aparato explicativo, mas isso se dá muito mais pelo caráter da Natureza do que por uma precaução do filósofo. A Natureza é simples, nos diz Newton, e não faz nada em vão, e quanto maior o acúmulo de princípios para explicar um dado fenômeno, menos nos servirão.

“Regra II - Portanto, os mesmos efeitos naturais temos de atribuir as

¹⁰ Apesar do paradigma ser a física newtoniana, Kant não se deixa seduzir completamente por ele. O que queremos dizer com isso é que Kant não utiliza o método de Newton na filosofia. O que esperamos deixar mais claro mais adiante em nosso artigo.

¹¹ *Princípios matemáticos de filosofia natural* (1687). Para se ter uma notícia do momento histórico em que Newton vivia enquanto trabalhava na sua obra *Principia* e o desenvolvimento e composição desta obra, que fora recebido entusiasticamente por muitos pensadores modernos, consultar: Richard S. Westfall, *A vida de Isaac Newton*, capítulo 8 - *Principia*.

mesmas causas, tanto quanto possível” (Newton, 2012, Livro III, p. 185). Essa Regra, e a primeira, estão intimamente ligadas, e juntas expressam dois postulados ontológicos, o primeiro referente à *simplicidade da natureza*, e o segundo postulado, à *uniformidade da natureza*. Esses dois postulados são as duas pedras angulares em que a metafísica se assentou e que sustentarão boa parte da metodologia de Newton.

Regra III - As qualidades dos corpos que não admitem intensificação nem diminuição de graus, e que pertencem a todos os corpos dentro do alcance de nossas experiências, devem ser consideradas como qualidades universais de todos os corpos de qualquer tipo (Newton, 2012, Livro III, p. 186).

Pois as qualidades dos corpos só são conhecidas por meio da experiência, e quando constatamos regularidade, uniformidade, podemos e “devemos considerar como universais todas aquelas [qualidades] que concordam universalmente com as experiências” (Newton, 2012, Livro III, p. 186), quanto a isso, Newton é bastante consequente. “As demonstrações abstratas, por mais elegantes que fossem, eram uma coisa. Já a filosofia natural¹² volta-se para o mundo real, e o mundo real consiste em muitos corpos” (Westfall, 2007, p. 171). Vê-se nessa Regra III, que ela também está, naturalmente, apoiada no segundo postulado ontológico, o da *uniformidade da natureza*.

Por fim, a quarta e última Regra tem por objetivo prevenir a sub-repção de hipóteses no argumento indutivo.

Regra IV - Na filosofia experimental devemos considerar as proposições inferidas pela indução geral a partir dos fenômenos como precisamente ou muito aproximadamente verdadeiras, apesar de quaisquer hipóteses contrárias que possam ser imaginadas, até o momento em que outros fenômenos ocorram pelos quais elas possam ou ser tornadas mais precisas, ou fiquem sujeitas a exceções (Newton, 2012, Livro III, p. 187).

Do mesmo modo Kant, tenta estabelecer *regras* para a filosofia, mas não totalmente apoiado nos escritos de Isaac Newton, apesar de fazer uma afirmação na *Investigação* que sugere o contrário do que acabamos de dizer.¹³ Que Kant aqui não seja um newtoniano, ficará mais claro na sequência do texto.

Kant enumera explicitamente duas regras nas *Investigações*, “A primeira e principal *regra* é esta: não se comece com definições, pois teria de ser procurada a mera definição nominal” (UD, Ak., II, 285);

A *segunda* regra é: assinalem-se em particular, os juízos imediatos sobre o objeto, em vista do que primeiramente se encontra nele com certeza, e depois que se esteja certo de um não estar contido no outro, antecipem-se esses juízos, qual os axiomas da geometria, como base para todas as inferências (UDG, Ak., II, 286).

12 Sobre a filosofia natural de Newton consultar Cohen, B. & Westfall, R. S. (2002), Parte 1: Filosofia Natural.

13 UD, Ak., II, 286, p. 119. “O autêntico método da metafísica é, no fundo, idêntico àquele introduzido por Newton na ciência da natureza e que foi de consequências profícuas para ela”.

Poderíamos dizer que essas duas regras kantianas se aproximam muito mais da quarta regra de Newton do que das outras três. Porém, tal afirmação carece de provas que a sustentem. Na verdade, as duas regras apresentadas por Kant não encontram paralelo, ao menos não dentre essas quatro regras (mencionadas acima), que Newton propõe em sua física.¹⁴ Isso mostra de algum modo a originalidade de Kant, e, mesmo que ele diga poucas linhas depois de apresentar as suas duas regras que *o autêntico método da metafísica é igual ao da física de Newton*, Kant parece não levar adiante essa afirmação; se o fizesse, o seu opúsculo outra coisa não seria do que uma mera transposição metodológica. Ou seja, Kant negaria à filosofia o método matemático (vigente em sua época até então), por outro, o da física de Newton. Mas essa suposição é insustentável, e a própria *Investigação* o desmente. Diremos, por ora, que o que aproxima nesse momento Kant e Newton é a consciência de que, para um tipo de conhecimento poder ser uma ciência, é necessário *regras*; aquilo que é anterior à aplicação ao objeto, seja ele qual for.

Embora Kant explicita no corpo do texto apenas essas duas regras, o opúsculo nos leva a deduzir outras que complementam estas duas, como veremos a seguir.

III. Método e regras: aplicação do método analítico na filosofia

Em seu “Exemplo no conhecimento da natureza dos corpos do único método seguro da metafísica” (*UD*, Ak., II, 286), Kant aplica aquele que ele acredita ser o único método seguro da metafísica para examinar a proposição: “todo corpo tem que se constituir de substâncias simples”; mostrando o modo de estabelecer conhecimentos sem que seja necessário recorrer a definições e nem mesmo começar por elas.

Não é necessário concluir o que seja um corpo, pois sabemos que ele deve ser constituído de partes simples que subsistiriam mesmo que ele, o corpo, não existisse cf. *UD*, Ak, II, 279, pp. 108-9. Se o conceito de substância, que normalmente está vinculado ao de *partes simples* que compõe um corpo, é um conceito abstrato,

14 Uma coisa é dizer que não se deve começar com definições (o conceito é dado e deve ser analisado antes de qualquer juízo - e, muitas vezes, se pode chegar a conhecimentos sem mesmo que se tenha uma definição, por exemplo, “todo desejo pressupõe um desejado”. Aqui o desejo não foi definido.). Outra coisa é dizer que devemos considerar as proposições pela indução geral a partir dos fenômenos como muito aproximadamente verdadeiras (aqui há um juízo operando; esse passo não é prévio, não é um ponto de partida, no sentido forte da palavra, tal qual é a primeira regra de Kant). Enquanto a regra de Kant busca um ponto de partida seguro, a regra de Newton busca uma generalidade, uma constância de certos tipos de fenômeno em suas relações. A primeira diz respeito a uma ciência que tem por ofício “desmembrar conceitos que são dados de maneira confusa, torna-os minuciosos e determinados” (*UD*, AK, II, 278, p. 107); a última diz respeito a uma ciência cuja matemática “parece ter sempre lançado as bases do conhecimento empírico, de modo que o futuro só tem a tarefa de aplicar esses princípios gerais a um campo cada vez mais extenso dos fenômenos, deles tirando consequências mais e mais importantes” (Cassirer, 1993, *O problema do conhecimento*, Tomo II, p. 376).

isso quer dizer em última análise que fora *abstraido de coisas corpóreas do mundo*; e não precisamos nos preocupar em definir o que seja substância, pois basta que possamos demonstrar que os corpos devem ser compostos de partes simples. Posto essa demonstração como possuidora de certo grau de certeza, podemos utilizá-la para chegarmos a outros conhecimentos, o que Kant fará para demonstrar alguns conhecimentos da natureza dos corpos.

O exemplo é dividido em duas partes principais: num primeiro momento da argumentação, Kant busca demonstrar que o corpo ocupa um espaço por meio de uma *força* que lhe é inerente, isto é, a impenetrabilidade; já no segundo momento, Kant argumenta com base no resultado do *primeiro momento* que os elementos primeiros não parecem ser extensos.

Analisemos o exemplo; *primeiro momento*:

há uma determinada multiplicidade das partes de todo corpo, que são todas simples, e uma igual multiplicidade das partes do espaço que o corpo ocupa, que são todas compostas. Segue-se daí que cada parte simples (elemento) no corpo ocuparia um espaço. Se pergunto, agora, “o que significa ocupar um espaço?”, então me apercebo [*innewerde*], sem preocupar-me com a essência do espaço, de que, se um espaço pode ser penetrado por alguma coisa, sem que haja algo nele que resista a essa coisa, bem se poderia dizer, caso se quisesse, que haveria algo nesse espaço, mas jamais que um espaço está ocupado por algo. Donde reconheço que um espaço está ocupado por algo se, no impulso de um corpo móvel penetrar em tal espaço, há algo que resiste a esse corpo. Essa resistência é, porém, a impenetrabilidade. Assim, os corpos ocupam o espaço pela impenetrabilidade. A impenetrabilidade é, porém, uma *força* (UD, Ak., II, 287).

O resultado dessa argumentação é o seguinte: a impenetrabilidade é uma *força*, e a *força* é uma ação, pois é algo que resiste a uma ação externa oposta; e a *força* mostrou-se convir ao corpo (que penetra no espaço), então essa *força* deve convir também as suas partes simples, isto é, que compõem o corpo; por conseguinte, os elementos de um corpo preenchem seus espaços pela impenetrabilidade.

O segundo momento do exemplo é guiado pela questão: *não seriam extensos os elementos primeiros, já que cada um preenche um espaço no corpo? Segundo momento*:

Aqui posso eventualmente alegar uma definição imediatamente certa, a saber, *extenso* é aquilo que, posto por si (absolutamente), preenche um espaço, tal como cada corpo individual, mesmo que eu representasse que nada existiria exceto ele, preencheria um espaço. Todavia, se considero um elemento absolutamente simples, então é impossível, se ele é posto só (sem conexão com outros), que nele se encontrem vários elementos extrínsecos entre si e que ele ocupe absolutamente um espaço. Por isso ele não pode ser extenso (UD, Ak., II, 287).

Como podemos ver, a resposta a que se chega quando se parte, no exemplo, de uma definição é apenas negativa: os elementos simples (primeiros) *não* podem

ser extensos. Percebemos isto pela definição que Kant insere logo de início do segundo momento do exemplo. Essa definição é *consequência*, isto é, um resultado do *primeiro momento*; logo, não é posta de chofre para que em seguida se extraiam conclusões. Só pode ser extenso o que, uma vez *posto por si (absolutamente)*, preenche um espaço; e preenche um espaço por meio de uma *força* que resulta da ação das partes que resistem mutuamente a outra ação externa. Isso, por sua vez, nenhum elemento isolado consegue fazer. Deste modo a impenetrabilidade é uma força exercida em relação às ações externas - o que corrobora, por fim, que é devido a impenetrabilidade que um corpo ocupa um espaço.¹⁵

Sem partir da definição¹⁶ Kant nos revela, pelo método analítico, dois conhecimentos extraídos da natureza dos corpos: primeiro, ele ocupa um espaço porque possui uma *força*, a impenetrabilidade; segundo, os elementos primeiros não são extensos, porque postos não preenchem nenhum espaço, sendo a impenetrabilidade uma pluralidade das ações externas, isto é, do corpo enquanto tal, ou seja, enquanto composto. Noutras palavras, somente os corpos são extensos, não os elementos primeiros em si mesmos. O que torna um corpo extenso é a relação de suas partes constituintes; agora, o fato de que essas partes isoladas, entendidas como primeiros elementos, não possuam extensão só pode ser explicado por uma análise levada a cabo pelo método analítico. Este permite, por sua vez, que a análise se apoie na geometria. Assim, é a argumentação analítica que se apropriou da linguagem e do campo de representação da geometria e não o inverso.¹⁷ Todo esse conhecimento é, deste modo, obtido sem recorrer inicialmente à definição; ao contrário, é o resultado de uma investigação que se apoia em uma experiência segura. “Fica claro”, diz Kant, “pelo exemplo mencionado, que muito se pode dizer, com certeza, sobre um objeto, tanto na metafísica como em outras ciências, sem tê-lo definido” (*UD*, Ak., II, 289).

O método analítico na metafísica viria assegurar o seu conjunto de conhecimentos e ao mesmo tempo faria parte de uma função que lhe é natural, pois Kant diz que o ofício da metafísica é resolver conhecimentos confusos. Se eles são confusos, quer dizer que são dados e se são dados podem ser analisados, ou seja, estão no âmbito do método analítico. Mas a metafísica não estaria condenada a proceder

15 “uma vez que a força da impenetrabilidade, exercida por oposição a várias coisas externas, é a causa pela qual o elemento ocupa um espaço, então vejo que daí decorre muito bem uma pluralidade em sua ação externa, mas nenhuma pluralidade em vista das partes internas, por conseguinte ele [o elemento simples] não seria extenso” (*UD*, Ak., II, 287, pp. 121-2).

16 Nessa postura de Kant ao conduzir o método da metafísica na análise do corpo, inevitavelmente somos levados a reconhecer um parentesco com a Regra IV que Newton propõe no início do seu terceiro livro dos *Principia*. Pois mais importante ou mesmo mais seguras do que definições, são as consequências que se extraem a partir de um método seguro que se apoia na experiência, neste caso, da metafísica em geral uma experiência (segura) interna.

17 O espaço é representado como geométrico e não como metafísico, um espaço é representado como sendo um lugar que não resiste a um corpo, sendo, portanto, preenchido por este. O exame pode ser geométrico e singular, mas o resultado é metafísico e universal.

somente por análises, este é apenas o primeiro passo, é preciso garantir que ela alcance um grau de certeza, senão como o da matemática, pelo menos mais seguro do que aquele que a ela vem sendo imposto. O segundo passo na metafísica seria proceder *sinteticamente*, quando os conceitos estiverem distintamente assinalados e suas notas características evidentes; é por isso que Kant diz:

Ainda não é hora de proceder sinteticamente na metafísica; só quando a análise nos tiver propiciado conceitos distinta e minuciosamente entendidos poderá a síntese, como na matemática, subordinar os conhecimentos compostos aos mais simples (UD, Ak., II, 290).

Conclusão

A *Investigação* dá grande ênfase à questão *do método* da filosofia. A incerteza que Kant verifica nos sistemas filosóficos tem como contrapartida a exigência de um exame do método filosófico. Kant assinala que a fonte de incerteza não apenas é desconsideração do método próprio da filosofia, mas, contra outros filósofos, a assimilação do método filosófico ao matemático. A solução para Kant, por conseguinte, está na exata determinação do método filosófico e, conseqüentemente, das regras. Portanto, Kant propõe para a determinação da metafísica/filosofia¹⁸ um método analítico conduzido por *regras metodológicas*: a metafísica deve ser analítica!

em filosofia, os conceitos dados das coisas constituem o ponto de partida. Tais conceitos, porém, são confusos, ou ainda não suficientemente determinados. A filosofia tem por objeto as qualidades, quer dizer, as determinações intrínsecas das coisas; tais determinações, porém, não são dadas no início, mas sim, apenas, no final do trabalho filosófico (Morujão, 2006, introdução à *Investigação*, p. 16).

Ou seja, é no fim da operação regrada metodologicamente nos parâmetros estabelecido para a filosofia que se chega às certezas na filosofia.

Podemos destacar as notas características fundamentais desse método se lembrarmos das articulações e a ordem apresentadas por Kant ao longo da *Investigação*; são elas: (1) o método analítico; (2) universal pelos sinais *in abstracto*¹⁹; (3) abstrair de; (4) comparação, subordinação e limitação; (5) conclusão - o método é *análogo* à física newtoniana e *não o mesmo* (análogo enquanto consciência da necessidade do uso de regras).

18 “A metafísica é apenas uma filosofia aplicada às perspectivas mais universais da razão e é impossível que essa relação com a filosofia seja diferente” (UD, Ak., II, 292, p. 128).

19 “Os sinais da consideração filosófica jamais são algo diferente de palavras, que não indicam, em sua composição, os conceitos parciais em que consiste a ideia toda que a palavra significa, nem podem designar, em suas conexões, as relações dos pensamentos filosóficos. Por isso, deve-se ter, nessa espécie de conhecimento, a própria coisa diante dos olhos em cada pensamento, e se é exigido representar o universal *in abstracto*, sem que se possa fazer uso dessa importante facilitação que é lidar com sinais individuais, em vez de conceitos universais das próprias coisas” (UD, Ak., II, 279).

(1) [o método analítico] o fio condutor da investigação se dá pela distinção de dois meios para se chegar às “definições²⁰”, a matemática irá adquirir suas definições sinteticamente e a filosofia analiticamente. A via para se chegar a todo conceito universal, também é duplo: pela “vinculação arbitrária” (matemática) ou por “abstração” (filosofia) de algum conhecimento que se tornou distinto por desmembramento. Enquanto a matemática constrói o seu objeto pela definição, pois este não é dado antes disso, para a filosofia “já está dado o conceito de uma coisa, mas de maneira confusa e não bastante determinada” (UD, Ak., II, 276).

(2) [universal pelos sinais in abstracto] a filosofia considera em suas resoluções, inferências e demonstrações o universal “pelos sinais in abstracto”, diferente da matemática que é “sob os sinais in concreto”. Para examinar e extrair conhecimentos de algum objeto, no caso da filosofia, deve-se ter o objeto ante o espírito e isto in abstracto; não dá para recorrer ao apoio in concreto que a matemática naturalmente se utiliza. Como, p. ex., com uma caneta posso riscar em uma folha um círculo e duas linhas e extrair a partir de um exame guiado por regras fáceis um conceito universal, e tudo isso por meio de um singular concreto. “Com essas duas linhas”, diz Kant, “demonstram-se as relações e nelas se considera in concerto a regra universal das relações das linhas que se cruzam em todos os círculos” (UD, Ak., II, 278). Agora, se quisermos provar que um corpo é composto de partes simples, o único meio seguro de proceder é “pelos sinais in abstracto”, pelas razões que já explicamos mais acima.

(3) [abstrair de] é pela filosofia proceder “pelos sinais in abstracto” em suas investigações de objetos dado que essa terceira nota, isto é, o “abstrair de”, cumpre uma função necessária e deve ser bem estabelecido os seus limites. Kant não aprofunda aqui esse conceito, e parece mesmo dar pouca atenção a ele. Mas, na verdade, mesmo sem um exame mais apurado de Kant, o “abstrair de”, no sentido de uma operação, está contido já na primeira e segunda nota que destacamos: (1) método analítico da filosofia, (2) pelos sinais in abstracto. Razão essa que talvez possa ter levado Kant a dispensar-se, para os fins desejados da *Investigação*, de se deter, por ora, nesse conceito.

Na seguinte passagem (na qual Kant apresenta o método analítico), encontramos a nota (3) [abstrair de] e a nota (4) [comparação, subordinação e limitação]:

Tenho de considerar essa ideia [de tempo] em várias relações²¹, para descobrir por desmembramento²² suas notas características, conectar²³ diversas notas características abstraídas²⁴, para descobrir se elas fornecem um conceito suficiente, e cotejá-las

20 Immanuel Kant, *Lógica*. (A217), #99: “Uma definição é um conceito suficientemente distinto e adequado (*conceptus rei adequatus in minimis terminis, complete determinatus*)”.

21 Comparação (4).

22 Método analítico (1).

23 Subordinação (4).

24 Abstrair de (3).

entre si^{25} , para descobrir se uma não encerra em si^{26} parcialmente a outra (*UD, Ak.*, II, 276).

Não devemos dizer que há aqui uma confusão do método, por aparecer ações (ou mesmo o que chamamos de notas do método) que não haviam sido explicadas por Kant, já que o exemplo é extraído do início do texto. Ora, o que acontece é que a ordem da exposição visa muito mais a clareza das operações do método do que expor a ordem genética de tal método. Ou, dito de outra maneira, o próprio método de exposição deve ser analítico.

(5) [*conclusão - o método é análogo à física newtoniana e não o mesmo*] a aproximação com o método da física de Newton não resulta das notas características que Kant atribui ao método da filosofia. E sim, como já dissemos, pela consciência da necessidade do uso de regras. Ao abandonar o método da matemática que era até então usual na filosofia e propor um *método simples e cauteloso conduzido por regras*, análogo ao de Newton, Kant não estaria trocando um método A (*more geometrico*) por outro B (físico-newtoniano) ao invés de buscar um C (?) próprio para esse tipo de saber? Kant propõe uma analogia com a física newtoniana, não a sobreposição de método. Não é a subordinação total da filosofia/metafísica à física newtoniana que Kant sugere, mas encontrar *regras* (tão seguras quanto às da física newtoniana) que tragam *consequências profícuas para ela*. É a glória da filosofia que, a partir desses poucos princípios, trazidos do nada, seja capaz de exibir tantos resultados²⁷. Mas, contrariando as próprias expectativas, e passados alguns anos, Kant descobre o transcendental e se vê pouco satisfeito com o resultado alcançado²⁸ na década de 1760. As regras que buscou estabelecer para o método filosófico seriam suficientes do ponto de vista crítico? Elas dariam conta de estabelecer a filosofia no âmbito da ciência? Tudo leva a crer que não. A *síntese* prometida para a filosofia na década de 1760 parece ressurgir no horizonte transcendental como factível, e não mais como uma esperança. Se for isso, então podemos esperar na *Crítica da razão pura*, já que Kant retoma o problema do método da filosofia nela, finalmente a consecução da fundamentação da filosofia. Acreditamos que é por isso, que Kant volta à “questão do método” para a filosofia na *Crítica*, e agora a partir do ponto de vista transcendental. O exame que apresentamos aqui deste opúsculo de 64 deve poder iluminar possíveis lacunas no texto crítico da metodologia transcendental que trata da filosofia e da matemática, aparentemente sob a mesma estrutura expositiva, ou seja, em contraposição: de um lado o método sintético da matemática e do outro

25 Pelos sinais *in abstracto* (2).

26 Limitação (4).

27 Paráfrase de Newton. Prefácio à primeira edição dos *Principia - Princípios matemáticos de filosofia natural*.

28 “*Os filósofos traçam o esboço e depois o modificam ou o rejeitam, como é seu hábito*” (Kant, 2005, p. 143).

o método analítico da filosofia.²⁹

Por fim, o que Cassirer afirma³⁰ contém uma certa verdade: é muito difícil transpor o que Kant escreveu no período pré-crítico para o corpus Crítico (pelo desejo de sistema a todo custo), mas também é contestável sua afirmação quanto a *não haver nada de original*, isto é, nada que seja do próprio Kant nesse opúsculo; que teria apenas organizado aquilo que já estava dado em sua época. Esse juízo se mostrou problemático pela análise que acabamos de fazer; há, sim, algo de original (por mais que seja de uma natureza frágil): a proposta de Kant em distinguir os métodos da matemática e da filosofia, de estabelecer regras metodológicas para a filosofia e ainda de apresentar uma primeira tentativa de fundamentar ou determinar a filosofia a partir do método.

Referências

- Boer, K. de. (2020). Wolff, Crusius, and Kant. In: *Kant's reform of metaphysics: The Critique of Pure Reason Reconsidered*. New York: Cambridge University Press.
- Cassirer, E. (1993). *El problema del conocimiento: en la filosofía y en la ciencia moderna (Tomo II)*. Traducción de Wenceslao Roces. Colombia: Fondo de Cultura Económica.
- Cassirer, E. (1993). *Kant vida y doctrina*. Traducción de Wenceslao Roces. Colombia: Fondo de Cultura Económica.
- Cohen, B. & Westfall, R. S. (2002). *Newton: textos, antecedentes, comentários*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: EDUERJ.
- Descartes, R. *Regras para a direção do espírito*. Lisboa: Edições 70.
- Hintikka, J. (1992). Kant on the mathematical method. In: Posy, C. (ed.). *Kant's philosophy of mathematics: modern essay*. North Carolina, U.S.A: Kluwer Academic Publishers.
- Kant, I. (1967). *Kritik der reinen Vernunft*. Hamburg: Meiner.

29 Outra possibilidade para a volta de Kant ao exame do método da filosofia pode ser o mesmo que o levou em um primeiro momento a apresentar um método filosófico totalmente diferente do *more geometrico*: para responder à querela entre *Leibniz-wolffianos e os pietistas*, tal como sugere essa passagem do segundo prefácio da *Crítica da razão pura*: “a crítica é obrigada, por um exame fundamentado dos direitos da razão especulativa, a prevenir, de uma vez para sempre, o escândalo que iriam causar, mais tarde ou mais cedo, ao próprio povo, as controvérsias em que os metafísicos (e como tais, por fim, também os próprios teólogos) se embrenham, inevitavelmente, sem crítica e que acabam por falsear as suas próprias doutrinas. Só a crítica pode cortar pela raiz o materialismo, o fatalismo, o ateísmo, a *incredulidade* dos espíritos fortes, o *fanatismo* e a *superstição*, que se podem tornar nocivos a todos” (*KrV*, BXXXIV).

30 “Os estudos do ano de 1763, nos quais Kant já aborda o problema de traçar uma linha divisória entre a *matemática* e a *metafísica*, marcam, [...] o primeiro início independente de sua filosofia. Exageram, no entanto, a importância destes estudos aqueles que se empenham em descobrir neles as características essenciais da abordagem geral do problema da Crítica da Razão. Embora, neles, Kant já adote uma atitude bastante livre em relação à doutrina wolffiana, a verdade é que ele não acrescenta nenhum critério objetivamente novo às objeções já formuladas contra esta doutrina pelos filósofos da época: ele se limita a agrupá-los e fortalecê-los, canalizando-os todos para um objetivo comum” (Cassirer, 1993, p. 541).

- Kant, I. (1973). *Recherche sur l'évidence des principes de la théologie naturelle et de la morale*. Traduction, introduction et notes par Michel Fichant. Paris : Librairie Philosophique J. Vrin.
- Kant, I. (1988). *Correspondência Lambert/ Kant*. Introdução, tradução e notas de Manuel J. Carmo Ferreira. Lisboa: Editorial Presença. Lda.
- Kant, I. (1992). *Lógica*. Tradução do texto original estabelecido por Gottlob Benjamin Jäsche de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Kant, I. (1994). *Crítica da razão pura*. Tradução de Manuela Pinto Dos Santos, Alexandre Fradique Morujão. 3º ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kant, I. (1999). *Correspondence*. Translated and edited by Arnulf Zweig. New York: The Cambridge edition of the works of Immanuel Kant.
- Kant, I. (2005). *Escritos pré-críticos*. Tradução de Jair Barboza et al. São Paulo: Editora UNESP.
- Kant, I. (2005). Investigação sobre a evidência dos princípios da teologia natural e da moral (1764). In: *Escritos pré-críticos*. Tradução Jair Barboza et al. São Paulo: Editora UNESP.
- Kant, I. (2006). *Investigação sobre a clareza dos princípios da teologia natural e da moral*. (edição bilingue). Tradução, introdução, notas e glossário de Carlos Morujão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Lebrun, G. (2002). *Kant e o fim da metafísica*. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Newton, I. (2012). *Principia: Princípios Matemáticos de Filosofia Natural*. 1 ed. 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Pierobon, F. (2003). *Kant et les mathématiques*. Paris : Librairie Philosophique J. Vrin.
- Seneda, M. C. (2009). Conceitos de filosofia na escola e no mundo e a formação do filósofo segundo Immanuel Kant. *Kriterion*, Belo Horizonte, 50(119), 233-249. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-512X2009000100012>
- Torreti, R. (1964). *Manuel Kant: Estudio sobre los fundamentos de la filosofía crítica*. Chile: Ediciones de la Universidad de Chile.
- Wolff, C. (1963). *Preliminary discourse on philosophy in general*. Translated, with an introduction and notes, by Richard J. Blackwell. New York: The Library of Liberal Arts.
- Westfall, R. S. (1995). *A Vida de Isaac Newton*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Recebido em: 14.07.2021

Aceito em: 22.11.2021

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

